

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 890.780 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECD.O.(A/S)	: ANGELO SANTOS DE JESUS PEREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: IZABEL DILOHÊ PISKE SILVÉRIO E OUTRO(A/S)

DECISÃO:

O recurso extraordinário não pode ser provido, uma vez que não reúne condições para a sua admissibilidade.

Ainda que se pudesse superar a ausência das hipóteses de cabimento do recurso, as razões aduzidas pelo recorrente conflitam com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator